

Bernardo Gonçalves Fernandes

Curso de
Direito
Constitucional

11^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F363c Fernandes, Bernardo Gonçalves.
Curso de Direito Constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes – 11. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
2.032 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2809-8.

1. Direito Constitucional. I. Fernandes, Bernardo Gonçalves. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1		
CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES.....		27
1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....		28
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....		29
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo...		31
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito		33
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?		35
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!		36
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de suprallegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX		36
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria		38
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein		50
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo		53
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito		64
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos		72
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo		77
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann		81
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas		83
7.4. O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....		87
7.5. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público.....		88
7.6. A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse		91
7.7. A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo)		93
7.8. O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....		102

7.9. O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática	103
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva	107
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	114
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz ...	115
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso	116
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida	116
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....	116

2

PODER CONSTITUINTE	121
1. Introdução	121
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte	121
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?	122
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	123
3. Poder Constituinte Originário	125
3.1. Conceito e natureza jurídica	125
3.2. Classificação	127
3.3. Características do Poder Constituinte Originário.....	128
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	131
3.5. Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	133
3.6. Dinâmica constitucional	134
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações	138
4.1. Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	141
4.2. Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas.....	142
5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	153
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte.....	156

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	163
1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica.....	163
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação.....	163
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico.....	165
1.2.1. A Hermenêutica clássica	165
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico ...	170
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social)	174
1.3.1. Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris</i> x <i>voluntas legis</i>	174
1.3.2. Os métodos clássicos de interpretação	177
1.3.3. A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen	180
1.3.4. O Positivismo jurídico atual: Positivismo Excludivista e Inclusivista e o Não Positivismo	183

SUMÁRIO

2.	A Hermenêutica Constitucional.....	187
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional.....	187
2.2.	Métodos de interpretação constitucional	195
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel.....	202
2.3.1.	Introdução	202
2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade.....	204
2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia	206
2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	208
2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional	216
2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular	219
2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	221
2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel.....	228
2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao <i>judicial review</i>	238
2.3.10.	Laurence Tribe: <i>Constitutional choices</i>	242
2.3.11.	Richard Posner: a análise econômica do direito e o movimento antiteórico	244
2.3.12.	Michael Sandel e sua Filosofia Política: <i>Justice</i>	249
2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	253
2.4.1.	Considerações iniciais.....	253
2.4.2.	Princípios e regras	254
2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	259
2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade	264
2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	266
2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	271
2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	275
2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”	277

4	HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	285
1.	Introdução: advertência	285
2.	Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo.....	286
3.	A Constituição do Império de 1824	286
4.	A Constituição da República de 1891	289
5.	A Constituição de 1934.....	293
6.	A Constituição de 1937.....	296
7.	A Constituição de 1946.....	299
8.	A Constituição de 1967.....	303
9.	A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	306
10.	A Constituição de 1988.....	306

PARTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.. 313

1.	Introdução	313
2.	A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	313
3.	Classificação dos Princípios Estruturantes	318
4.	Princípio Republicano	319
5.	Princípio do Estado Democrático de Direito	320
5.1.	Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	320
5.2.	Estado de Direito	321
5.3.	Democracia	323
6.	Princípio Federativo	326
7.	Princípio da Separação de Poderes	328
8.	Fundamentos do Estado brasileiro	330
8.1.	Introdução	330
8.2.	Soberania	331
8.3.	Cidadania	332
8.4.	Dignidade Humana	332
8.5.	Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	340
8.6.	Pluralismo Político	341
9.	Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	342
10.	Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	343

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 345

1.	O que são direitos fundamentais?	345
1.1.	Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	345
1.2.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	348
1.3.	Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literal	349
1.4.	Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	351
1.5.	Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	357
1.6.	Direitos Fundamentais como direitos de defesa	360
1.7.	Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	361
1.8.	Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades.....	361
1.9.	Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais.....	364
1.10.	Deveres Fundamentais	365
2.	Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	368
3.	Características dos direitos fundamentais	369
4.	Titulares dos direitos fundamentais	373
5.	Vinculação dos Poderes Públicos	375
6.	Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	377
7.	Suporte fático dos Direitos Fundamentais	381

SUMÁRIO

7.1.	Elementos do suporte fático.....	382
7.1.1.	Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais.....	382
7.1.2.	A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional.....	384
7.2.	Espécies de suporte fático.....	385
8.	Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas.....	388
9.	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal.....	394
10.	Direitos Humanos.....	403
10.1.	Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica.....	403
10.2.	Etapa de Conversão em Direito Positivo.....	403
10.3.	Etapa de Generalização.....	404
10.4.	Etapa de Internacionalização.....	405
10.4.1.	Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.....	406
10.5.	Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo.....	413
10.5.1.	Introdução.....	413
10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural.....	413
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural.....	415
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo.....	416
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos.....	419
10.5.6.	Considerações finais.....	421
11.	Justiça de transição.....	422
11.1.	Introdução.....	422
11.2.	Conceito e Características.....	424
11.3.	Elementos da Justiça de Transição.....	425
11.3.1.	Justiça.....	425
11.3.2.	Verdade e Memória.....	427
11.3.3.	Reparação das vítimas e de suas famílias.....	429
11.3.4.	A Justiça de Transição no Brasil.....	431
12.	Direito dos animais.....	434
13.	Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	440

7**DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....****445**

1.	Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	445
2.	Vida.....	451
3.	Liberdade.....	463
3.1.	Liberdade de ação.....	465
3.2.	Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão.....	465
3.3.	Liberdade de Consciência e Liberdade de crença.....	496
3.3.1.	Liberdade de Consciência.....	496
3.3.2.	Liberdade de crença.....	497
3.4.	Liberdade de locomoção.....	511

3.5. Liberdade de profissão	512
3.6. Liberdade de reunião.....	512
3.7. Liberdade de associação.....	517
4. Igualdade.....	521
5. Propriedade	543
5.1. Conceito de propriedade.....	543
5.2. Função Social da propriedade	545
5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição	546
5.3.1. Servidão	546
5.3.2. Desapropriação.....	547
5.3.3. Requisição	551
5.4. Proteção constitucional ao bem de família.....	552
6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem	553
7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina	557
8. A inviolabilidade do domicílio.....	569
9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada	574
10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	586
10.1. Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo	586
10.2. Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	595
10.3. Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana	620
11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	635
12. Colaboração premiada e seus reflexos no STF	641
13. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	653
14. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal.....	659
15. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	661
16. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ele	664

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 669

1. Mandado de segurança.....	669
1.1. Conceito.....	669
1.2. Requisitos do Mandado de Segurança	670
1.3. Espécies de Mandados de Segurança	673
1.4. Direito Líquido e Certo	673
1.5. Cabimento	675
1.6. Legitimidade do Mandado de Segurança	682
1.7. Competência no Mandado de Segurança.....	688
1.8. Procedimento.....	693
1.9. Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	701
1.10. Prazo do Mandado de Segurança.....	707
2. Mandado de Segurança Coletivo	711
2.1. Conceito.....	711

SUMÁRIO

2.2.	Finalidades.....	712
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo	712
2.4.	Procedimento.....	717
2.5.	Decisão e Seus Efeitos.....	718
3.	Mandado de injunção.....	723
3.1.	Conceito e Antecedentes Históricos.....	723
3.2.	Finalidades.....	724
3.3.	Espécies de Mandado de Injunção.....	724
3.4.	Requisitos.....	725
3.5.	Legitimidade.....	727
3.6.	Competência	729
3.7.	Procedimento.....	730
3.8.	Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção.....	732
3.9.	Considerações Finais	744
4.	<i>Habeas Data</i>	745
4.1.	Conceito.....	745
4.2.	Cabimento	746
4.3.	Legitimidade	747
4.4.	Competência	749
4.5.	Procedimento.....	750
4.6.	Decisão	751
4.7.	Considerações finais.....	754
5.	Ação Popular	754
5.1.	Antecedentes Históricos	754
5.2.	Conceito.....	755
5.3.	Requisitos da Ação Popular.....	756
5.4.	Legitimidade.....	757
5.5.	Procedimento.....	761
5.6.	Competência	762
5.7.	Decisão na Ação Popular	764
5.8.	Considerações finais.....	764
6.	<i>Habeas corpus</i>	766
6.1.	Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico).....	766
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto	768
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i>	769
6.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	770
6.5.	Cabimento do <i>habeas corpus</i>	773
6.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	780
6.7.	Competência	782
6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis.....	785
6.9.	Considerações finais.....	787
7.	Reclamação	802
7.1.	Introdução.....	802
7.2.	Conceito e Natureza Jurídica	803
7.3.	Hipóteses de Cabimento	805
7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal.....	805

7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal.....	806
7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF	808
7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	809
7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de resolução de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência	810
7.4.	Da Legitimidade	811
7.5.	Do Procedimento	812

9

DOS DIREITOS SOCIAIS 817

1.	Introdução	817
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica	817
2.	Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	819
3.	A ideia de um “mínimo existencial”	822
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais... ..	824
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	831
6.	Classificação dos Direitos Sociais	833
7.	Direitos Sociais do Trabalhador	834
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social	845
8.1.	Direito à Saúde	845
8.2.	Direito à Previdência Social.....	847
8.3.	Direito à Assistência Social	848
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura	848
9.1.	Direito à Educação	848
9.2.	Direito à Cultura.....	850
10.	Direitos relativos à moradia.....	852
11.	Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	852
12.	Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do jovem e do Idoso.....	854

10

DIREITOS DA NACIONALIDADE..... 857

1.	Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	857
2.	Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	858
3.	Espécies de nacionalidade.....	858
4.	Critério de aquisição da nacionalidade primária	858
5.	Critério de aquisição da nacionalidade secundária	859
6.	Análise específica do Brasil	859
6.1.	Nacionalidade primária	859
6.2.	Nacionalidade secundária	862
7.	Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	868
8.	Perda do direito de nacionalidade	870

SUMÁRIO

9.	Reflexões sobre a lei de migração (lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: Expulsão, Deportação E REPATRIAÇÃO. Asilo Político e Refúgio.....	876
9.1.	A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	876
9.2.	Extradicação	880
9.2.1.	Conceito de extradicação	880
9.2.2.	Espécies de extradicação	880
9.2.3.	Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	882
9.2.4.	Requisitos para a extradicação.....	886
9.3.	Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada	902
9.4.	Das Medidas de Retirada Compulsória	904
9.4.1.	Expulsão.....	905
9.4.2.	Deportação.....	909
9.4.3.	Repatriação	910
9.5.	Asilo Político e Refúgio.....	911

11

DIREITOS POLÍTICOS	919
1. Conceito.....	919
2. Espécies	919
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos	928
3.1. Conceito de Sufrágio	928
3.2. Espécies de Sufrágio.....	929
3.3. Digressões sobre o voto.....	930
4. Sistemas eleitorais.....	934
5. Direitos políticos positivos	936
6. Direitos políticos negativos	943
6.1. Espécies.....	943
7. Perda ou suspensão dos direitos políticos	976
8. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral	980
9. Dos partidos políticos.....	983
9.1. Financiamento de campanha. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	993
9.1.1. Financiamento de Campanha	993
9.1.1.1. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº13.165/2015 e o entendimento do STF)	1009
9.1.2. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	1013
9.1.3. Debates Eleitorais	1020
9.1.4. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	1022
10. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário.....	1031

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	1037
1. Introdução	1037
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	1037
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição	1043
4. Técnicas de repartição de competências	1054

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL.....	1125
1. Princípios que regem a intervenção federal.....	1125
1.1. Princípio da excepcionalidade.....	1125
1.2. Princípio da Taxatividade.....	1126
1.3. Princípio da temporalidade.....	1126
2. Conceito.....	1127
3. Procedimentos.....	1127
4. Intervenção Estadual.....	1133
5. A recente intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.....	1135

14

PODER LEGISLATIVO.....	1139
1. Funções.....	1139
1.1. Funções típicas.....	1139
1.2. Funções atípicas.....	1140
2. Composição e atribuições.....	1140
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	1148
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo.....	1153
3.1. Funcionamento.....	1153
3.1.1. Legislatura.....	1153
3.1.2. Sessão legislativa ordinária.....	1154
3.1.2.1. Exceções.....	1154
3.1.3. Período legislativo.....	1154
3.1.4. Sessão preparatória.....	1154
3.1.5. Sessão ordinária.....	1155
3.1.6. Sessão extraordinária.....	1157
3.1.7. Sessão legislativa extraordinária.....	1157
3.1.8. Sobre os Quóruns.....	1158
3.2. Estrutura das Casas legislativas.....	1160
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	1160
3.2.2. Comissões.....	1163
4. Estatuto dos Congressistas.....	1173
4.1. Conceito.....	1173
4.2. Análise.....	1173
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1237

15

PROCESSO LEGISLATIVO.....	1259
1. Conceito.....	1259
1.1. Conceito jurídico.....	1259
1.2. Conceito sociológico.....	1259
2. Espécies Normativas Primárias.....	1259
3. Tipos de processo legislativo.....	1260
3.1. No que diz respeito à organização política.....	1260

SUMÁRIO

3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1260
4. Fases do processo legislativo.....	1262
4.1. Fase introdutória (de iniciativa).....	1262
4.2. Fase constitutiva	1262
4.3. Fase complementar (integração de eficácia).....	1262
4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória	1262
4.4.1. Conceito de iniciativa.....	1262
4.4.2. Espécies de iniciativa	1262
4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa	1263
5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	1268
6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1280
6.1. Leis Complementares: Conceito	1280
6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares	1280
7. Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1284
7.1. Leis Delegadas: Conceito	1284
7.2. Procedimentos	1284
8. Medidas Provisórias	1286
8.1. Conceito.....	1286
8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1287
8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP.....	1291
8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas.....	1291
8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1291
8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias	1296
9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	1304
9.1. Conceito.....	1304
9.2. Procedimento.....	1304
10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções.....	1311
10.1. Conceito geral	1311
10.2. Conceito de Decreto Legislativo	1312
10.3. Procedimento do Decreto Legislativo	1312
10.4. Conceito de Resoluções.....	1312
10.5. Procedimento das Resoluções	1313

16

PODER EXECUTIVO	1315
1. Introdução	1315
2. Funções.....	1315
2.1. Função típica do Poder Executivo	1315
2.2. Funções atípicas do Poder Executivo	1316
3. Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo.....	1316
3.1. Conceito.....	1316
3.2. Principais espécies	1316
4. Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão.....	1320
4.1. Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão ..	1320
4.2. A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro ..	1322

4.3.	Considerações Finais	1327
5.	Estrutura do Poder Executivo	1328
5.1.	Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1328
5.2.	Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1342
5.3.	Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1342
5.4.	Conselho da República e Conselho da Defesa	1349
6.	Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1350
6.1.	Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1352
6.1.1.	Conceito	1352
6.1.2.	Procedimento	1353
6.1.3.	Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1378
6.2.	Crimes Comuns do Presidente da República	1381
6.2.1.	Conceito	1381
6.2.2.	Procedimento	1381
6.3.	Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos	1384

17

PODER JUDICIÁRIO.....	1393	
1.	Funções do Poder Judiciário.....	1393
2.	Órgãos do Poder Judiciário.....	1394
3.	Garantias	1412
3.1.	Garantias Institucionais	1413
3.2.	Garantias dos membros	1417
3.2.1.	A vitaliciedade	1417
3.2.2.	Inamovibilidade	1418
3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1419
4.	Observações importantes sobre o Poder Judiciário	1422
5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1427
5.1.	Supremo Tribunal Federal	1428
5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i>	1472
5.3.	Súmulas Vinculantes.....	1479
5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1493
5.4.1.	Introdução	1493
5.4.2.	Conceito.....	1494
5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1497
5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes	1498
5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes.....	1506
5.4.5.1.	Algumas Reflexões Críticas.....	1509
5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes.....	1510
5.4.6.1.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: distinguishing.....	1511
5.4.6.2.	Overruling.....	1512
5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015	1514
5.5.	Superior Tribunal de Justiça	1518
5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1528
5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral	1535

SUMÁRIO

5.8. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1537
5.9. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito.....	1544
5.10. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1557
5.10.1. Justiça de Paz	1557
5.10.2. Quinto Constitucional	1560
5.10.3. Juizados Especiais	1563
5.10.4. Precatórios	1565
5.10.4.1. Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1575
5.10.4.2. Emenda Constitucional nº 94/2016 e a Emenda Constitucional nº 99/2017.....	1582
5.10.4.3 A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1587

18**FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 1589**

1. Ministério Público	1589
2. Advocacia pública	1624
3. Advocacia	1631
4. Defensoria pública	1640

19**DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1659**

1. Introdução: Finalidade das Medidas	1659
2. Princípios Norteadores	1660
3. Estado de Defesa	1662
3.1. Conceito e Hipóteses	1662
3.2. Hipóteses.....	1662
3.2.1. Requisitos para a Decretação	1662
3.3. Procedimento	1663
3.4. Prazo	1663
3.5. Abrangência.....	1663
3.6. Controle	1664
3.7. Restrições de Direitos.....	1664
4. Estado de Sítio	1665
4.1. Conceito.....	1665
4.2. Hipóteses.....	1665
4.3. Procedimento.....	1666
4.4. Prazo	1667
4.5. Abrangência.....	1667
4.6. Controle	1667
4.7. Restrições	1668
5. Forças Armadas.....	1669
6. Segurança Pública	1673
6.1. Polícias da União.....	1674
6.2. Polícias dos Estados.....	1674
6.3. Polícia do Distrito Federal	1681

6.4. Polícia dos Municípios	1682
6.5. Segurança Viária	1686

20

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1687
1. Conceito.....	1688
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1689
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade	1698
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções	1704
5. Notas históricas sobre o controle judicial repressivo.....	1712
6. Análise específica da Regra Geral	1717
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento	1717
6.2. Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional	1724
6.3. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	1746
6.3.1. Conceito.....	1746
6.3.2. Parâmetro e Objeto da ADI.....	1746
6.3.3. Legitimidade	1764
6.3.4. Procedimento da ADI	1768
6.3.5. Julgamento da ADI.....	1778
6.3.6. Algumas observações finais.....	1799
6.4. Procedimento da medida cautelar	1809
6.5. Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1811
6.6. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	1812
6.6.1. Conceito.....	1812
6.6.2. Objeto	1812
6.6.3. Finalidade da ADC	1813
6.6.4. Legitimidade	1813
6.6.5. Procedimento	1813
6.6.6. Julgamento da ADC.....	1815
6.6.7. Efeitos da decisão da ADC.....	1816
6.6.8. Observações finais sobre a ADC.....	1816
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1818
7.1. Conceito.....	1818
7.2. Objeto	1818
7.3. Legitimidade.....	1819
7.4. Espécies de ADI por omissão	1819
7.5. Procedimento.....	1821
7.5.1. Procedimento da ADI por omissão total.....	1821
7.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial	1821
7.6. Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1823
7.6.1. Efeitos da decisão de uma ADI por omissão	1823
7.7. Observações finais.....	1827
8. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva)	1829
8.1. Conceito.....	1829

SUMÁRIO

8.2.	Finalidades	1829
8.3.	Objeto	1830
8.4.	Legitimidade ativa.....	1830
8.5.	Procedimento.....	1831
8.6.	Julgamento	1833
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva	1833
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva	1834
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1834
9.1.	Conceito.....	1834
9.2.	Espécies de ADPF	1836
9.3.	Objeto	1837
9.4.	Legitimidade.....	1839
9.5.	Procedimento.....	1839
9.6.	Julgamento	1845
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1845
9.8.	Observações finais.....	1847
10.	Controle Concentrado <i>In Abstrato</i> de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1848
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	1859
11.1.	Interpretação conforme a Constituição	1859
11.1.1.	Introdução	1859
11.1.2.	Conceito.....	1860
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1860
11.1.4.	Observação final.....	1860
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1861
11.2.1.	Introdução	1861
11.2.2.	Conceito.....	1861
11.2.3.	Observações finais	1862
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	1862
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1863
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas)	1865
11.5.1.	Conceito.....	1865
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1869
12.1.	Introdução	1869
12.2.	Sentenças interpretativas.....	1870
12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição	1870
12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto	1872
12.3.	Sentenças aditivas	1873
12.4.	Sentenças aditivas de princípios	1874
12.5.	Sentenças substitutivas	1874
13.	Sentenças Transitivas	1875
13.1.	Introdução	1875
13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo	1878
13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida	1879
13.4.	Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva)	1879

13.5. Sentenças de aviso	1880
13.6. Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	1880
14. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	1881
15. Controle de convencionalidade	1889
16. A Teoria dos Diálogos institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa	1892
17. O papel das cortes constitucionais	1902
18. Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais	1904
19. Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica	1909

21

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL	1915
1. O Conceito de “Ordem”	1915
2. A Ordem Econômica	1915
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1916
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1917
2.3. Princípios da Ordem Econômica.....	1922
2.3.1. Função social da propriedade urbana/rural	1922
2.3.2. Livre concorrência	1923
2.3.3. Defesa do consumidor.....	1925
2.4. A política urbana.....	1926
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1928
2.5. A política agrícola e fundiária	1929
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária	1929
3. A Ordem Social	1930
3.1. A seguridade social.....	1931
3.1.1. Saúde	1932
3.1.2. Previdência social	1941
3.1.3. Assistência social.....	1945
3.2. A educação, a cultura e o desporto	1949
3.3. A ciência e tecnologia	1963
3.4. A comunicação social.....	1964
3.5. O meio ambiente	1965
3.6. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso	1972
3.7. Os Quilombolas.....	1988
3.8. Os índios.....	1993

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2005
---	-------------

ANEXO

Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos	2023
---	------